

QUE SOCIOLOGIA É ESSA?

O que é classe? O que é status?

Para o sociólogo alemão Karl Marx (1818-1883), o conceito de classe social refere-se a um grupo de indivíduos que, por ocuparem uma posição semelhante na **divisão do trabalho**, compartilham de recursos econômicos comuns. Nas sociedades industriais modernas, há duas classes principais: os que ganham a vida vendendo sua força de trabalho no mercado – que é a classe trabalhadora ou, na terminologia marxista, os “proletários” – e aqueles que possuem os meios de produção – que são os industriais ou os capitalistas. Nessa perspectiva, o conflito por recursos (e poder) é característica fundamental da sociedade, e a relação de classes é necessariamente uma relação de exploração. O resultado dessa relação é a desigualdade econômica que o sistema capitalista produz.

A abordagem de Max Weber (1864-1920) sobre o conceito de classe social parte da análise desenvolvida por Marx. Mas, ao desenvolver sua teoria, Weber modifica o enfoque marxista, apontando para outras direções.

Weber compartilha da ideia de Marx de que a noção de classe tem um determinante econômico fundamental. No entanto, considera também que o conceito de classe deriva de outros elementos que não têm vínculo direto com a riqueza. Assim, o prestígio hereditário, a participação, a autoidentificação, o reconhecimento dos outros, os estilos de vida, a educação, as atitudes e os valores que os indivíduos possuem são todos fatores importantes que nos ajudam a definir o que é classe social. A posição dos indivíduos no mercado influencia suas oportunidades de vida, e essa possibilidade de opções – que resulta da diferença entre grupos sociais em matéria de privilégio social, prestígio, autoridade, poder e de diversos graus de habilidade – chama-se **status**.

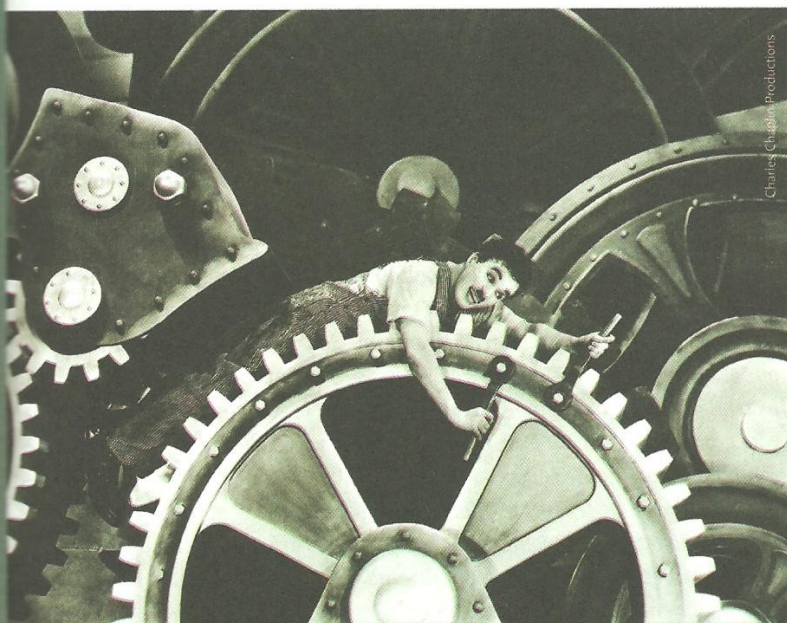
Saberes diferenciados e qualificações específicas, como diplomas e graus acadêmicos, produzem um número considerável de posições na sociedade e influenciam o tipo de trabalho que as pessoas são capazes de obter. Por isso, Weber não acredita que as desigualdades sociais resultem, apenas, da divisão da sociedade em classes. Para ele, as desigualdades são modeladas, principalmente, pelo **status** e pelo **partido**. Aliás, o autor considera que é exatamente da interação de classe com o **status** social e as afinidades de partido que as classes sociais se constituem.

Assim, o enfoque weberiano concebe um número de classes sociais que não é fixo, como também não são fixas as fronteiras de **sta-**

Divisão do trabalho

O sociólogo inglês Anthony Giddens foi um dos primeiros pensadores a trabalhar o conceito de globalização. Em sua obra *Sociologia*, ele define a divisão do trabalho como um sistema de produção em tarefas especializadas de trabalho ou ocupações, criando interdependência econômica. Todas as sociedades têm pelo menos uma forma rudimentar de divisão do trabalho, em especial por meio da distribuição de determinadas tarefas pelos homens e pelas mulheres. Todavia, com o desenvolvimento da indústria, a divisão do trabalho tornou-se muito mais complexa do que em qualquer outro sistema de produção anterior. No mundo moderno é o âmbito internacional.

tus que as separam. Afinal, como nos ensina Weber, o *status* não varia como “uma série de degraus”, e sim ao longo de um contínuo, de uma inclinação gradual do topo para a base, e de forma independente da divisão de classes. Dessa perspectiva, os membros de uma determinada classe social se percebem mutuamente como iguais ao mesmo tempo que se veem socialmente inferiores a alguns e superiores a outros. Sempre que as pessoas definem outras como socialmente iguais e as tratam diferentemente das que não são assim definidas, seu comportamento cria a noção de classe. Por isso, da perspectiva weberiana, podemos definir classe social como um estrato de pessoas de posição semelhante no contínuo do *status* social.



Cena do filme *Tempos Modernos*, Charles Chaplin, 1936. Marx notou que o desenvolvimento das fábricas e a mecanização da produção tornaram o trabalho frequentemente monótono, fisicamente desgastante e opressivo.

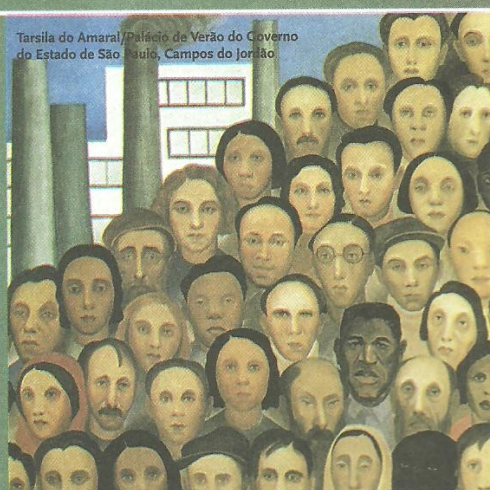
Partido

Segundo Max Weber, o partido é um dos fatores, com a classe e o *status*, que moldam os padrões de estratificação social – isto é, os padrões de desigualdades estruturais entre grupos sociais em termos de acesso a bens materiais (riqueza) ou simbólicos (poder). Os partidos podem fazer apelo a preocupações transversais às diferenças de classe. Por exemplo, podem se basear na filiação religiosa ou em ideais nacionalistas.

Karl Marx, por sua vez, entende por partido um grupo de indivíduos que unem seus esforços à medida que têm origens, objetivos e interesses de classes comuns.

Status atribuído versus status adquirido


O antropólogo norte-americano Ralph Linton (1893-1953) nos oferece a seguinte distinção entre *status atribuído* e *status adquirido*. Segundo ele, há duas espécies de *status*: aqueles que nos são atribuídos, não importando as qualidades ou o empenho do indivíduo, e os que são adquiridos por meio de nossos próprios esforços. A idade, por exemplo, faz parte do *status* atribuído. Em nenhuma sociedade crianças, adultos e idosos são tratados da mesma forma. Em sociedades tradicionais, os *status* são, no geral, atribuídos; já em sociedades industrializadas, mais complexas, um leque mais amplo de posições sociais aumenta as chances de o indivíduo mudar de *status* por meio de seus próprios esforços. Nesse sentido, o *status* (adquirido) é designado levando-se em conta a capacidade, o desempenho e até a boa ou má sorte do indivíduo.



Tarsila do Amaral/Palácio de Verão do Governo do Estado de São Paulo, Campos do Jordão.

Operários, Tarsila do Amaral, 1933.

SOCIOLOGIA BRASILEIRA



ATIVIDADES

SOCIEDADE DE CLASSES E SUBDESENVOLVIMENTO

Florestan Fernandes

A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classe e de situações de classe. Mas ela é, sobretudo, um grupo social, sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contratos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares etc. Por isso, a comunidade de interesses e de situação de classe não impede, antes condiciona uma relativa diferenciação social dos indivíduos, de acordo com o modo pelo qual podem valorizar socialmente, criando destinos sociais relativamente comuns, suas probabilidades econômicas. [...] No Brasil os “possuidores de bens” são representados (e se avaliam assim socialmente) como “classes altas”, “ricas” ou “poderosas”. Sociologicamente, pode-se distinguir entre eles certas gradações como uma classe alta urbana, uma classe alta rural e uma classe média urbana. [...] O consenso geral é menos incisivo na graduação social dos “não possuidores de bens”. No passado recente, o termo povo queria dizer algo como “gente pobre” ou “os que não têm eira nem beira”. Todavia, o enriquecimento dos imigrantes, as tendências de mobilidade social associadas à organização e à industrialização, a proletarização da gente da plebe, a elevação geral dos padrões de vida sob uma economia de consumo de massas etc. introduziram novas nuances, que quebraram as rígidas avaliações antigas. As representações mais recentes parecem distinguir os “pobres” e o “operariado”. [...] Sociologicamente, talvez se possa distinguir uma classe baixa urbana (composta por assalariados das fábricas, por empregados de lojas e escritórios com baixo rendimento etc.) e uma classe dependente urbana (constituída pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo e anomia). Com relação às zonas rurais, torna-se difícil escolher um termo aceitável. O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. [...] O termo campesinato acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser.

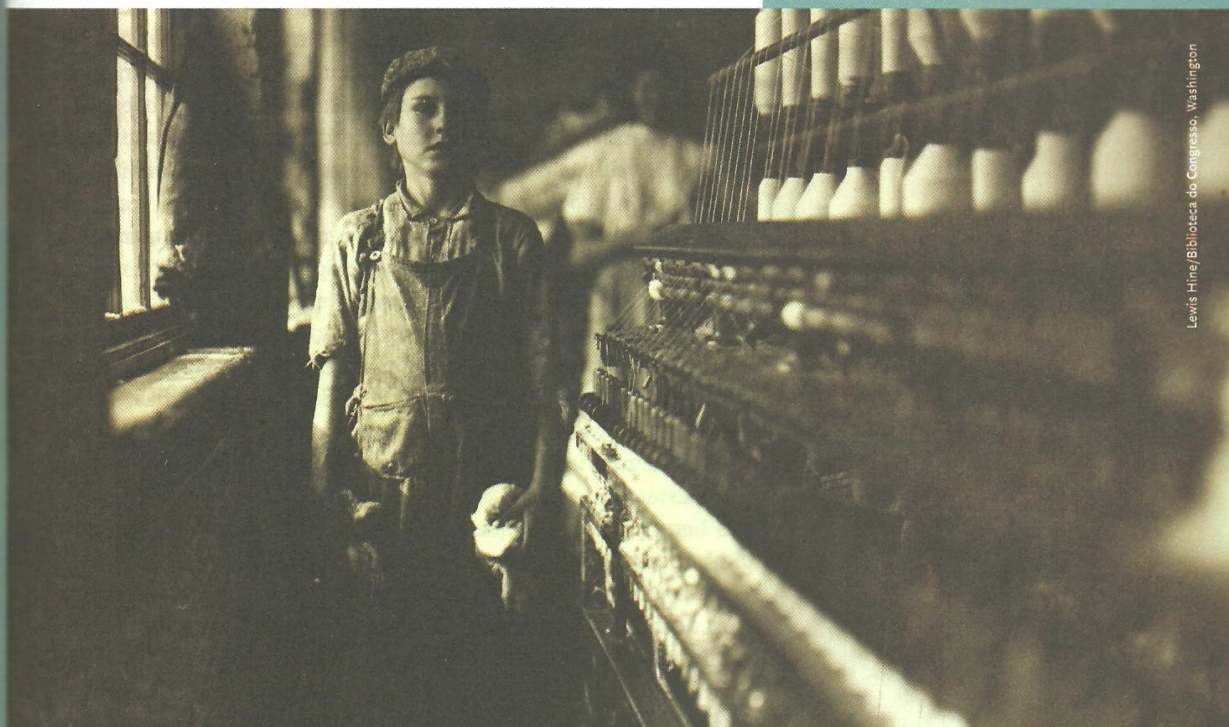
FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 72-4.

Com base na leitura do texto, responda às questões a seguir:

- 1 Sobre o conceito de classe social:
 - a) O que Florestan Fernandes entende por “classe social”? O que define uma “classe social” para o autor?
 - b) Retome o texto introdutório da seção “Que Sociologia é essa?” intitulado “O que é classe? O que é status?”. Qual é o conceito de classe social segundo Karl Marx?

PALAVRA DO AUTOR

Salário, preço e lucro



Lewis Hine/Biblioteca do Congresso, Washington

Este texto de Karl Marx fez parte de um informe intitulado *Salário, preço e lucro*. A tradução é de Leandro Konder, e foi publicado na coleção “Os Pensadores” (1978):

Que é, pois, o valor da força de trabalho?

Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como máquina, se gasta e tem de ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que não de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Ademais, tem de gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho

Jovem trabalhador da fiação Central Mills em Sylacauga, Alabama, em novembro de 1910. Essa é uma das inúmeras fotografias feitas por Lewis Hine para denunciar o trabalho infantil nos EUA. O recenseamento de 1910 contabilizou 2 milhões de crianças, entre 10 e 15 anos, trabalhando na agricultura, na mineração ou na indústria, 10 horas por dia, 6 dias por semana. “O objetivo de empregar crianças não é treiná-las, mas tirar altos lucros de seu trabalho”, disse o fotógrafo, primeiro documentarista social do século.

e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo bastar-nos-á considerar o trabalho médio, cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção da força de trabalho de diferente quantidade, assim têm de diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diversas indústrias. Por consequência, o grito pela igualdade de salários assenta num erro: é um desejo oco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como diferentes espécies dessa força possuem distintos valores ou exigem para a sua produção variadas quantidades de trabalho, necessariamente têm de ter preços distintos no mercado. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema de escravatura. O que pudésseis considerar justo ou equitativo não vem ao caso. O problema é saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.

Depois do que dissemos, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.

ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADE

O conceito sociológico de estratificação social serve para descrever as desigualdades que existem entre os indivíduos e os grupos sociais. Essas desigualdades podem ocorrer tanto em termos de acesso aos bens materiais (riqueza) quanto em termos de acesso aos bens simbólicos (poder).

Geralmente, quando pensamos em **estratificação social** em termos de riqueza ou propriedade estamos nos referindo às sociedades modernas, divididas em classes sociais. Mas há outros tipos de estratificação, nos quais as desigualdades se expressam com relação a atributos como gênero, raça, idade, filiação religiosa etc.

Historicamente, existem quatro sistemas de estratificação social: a escravatura, a casta, os estados e as classes sociais.

A escravatura é uma forma de desigualdade extrema, na qual alguns indivíduos são literalmente donos de outros. Nesse tipo de estratificação social, um ser humano tem direitos de propriedade sobre o outro, e essa condição é imposta por meio da força.

Como instituição formal, a escravidão vigorou no Brasil do período colonial até o final do Império. Os negros trazidos do continente africano eram transformados em escravos, mas não podemos esquecer que muitos indígenas também foram vítimas desse processo.

No caso dos estados, as desigualdades se expressam em relações pessoais de dever ou de obrigação. Nos estados feudais europeus, por exemplo, a aristocracia e a pequena nobreza rural eram consideradas o estado mais elevado (senhores); o clero constituía outro estado e os homens do povo (servos, mercadores e artesãos), outro ainda.

Estratificação social no tempo da escravatura

O texto abaixo, de autoria de Oracy Nogueira, descreve a estratificação social do Brasil no tempo da escravatura:

A coincidência entre as camadas sociais e as nuances da cor da pele é tal que quase não há margem para equívoco [...] abaixo dos proprietários brancos estão os demais homens livres brancos, vindo imediatamente em seguida os pardos claros, descendentes quer de índios, quer de mulatos mais escuros com brancos, depois os pardos mais escuros, até atingir os pretos livres, geralmente crioulos, e, por fim, a massa dos cativos, que também se diferenciam, para efeito do tratamento que recebem, em mulatos, pretos crioulos, e pretos africanos ou "de nação".

O sistema de castas, por sua vez, estrutura o tipo de contato que pode ocorrer entre membros de diferentes castas e está associado, sobretudo, às culturas do subcontinente indiano e à crença hindu do renascimento. Nesse contexto, acredita-se que aqueles que não respeitam os rituais e deveres próprios à sua posição social renascerão numa posição inferior na próxima vida.

Por exemplo, membros de castas superiores, como a dos guerreiros (kshatriya), que tocarem fisicamente aqueles que pertencem a uma casta mais baixa (denominada “os intocáveis”) perdem seu *status* imediatamente. Nesse tipo de estratificação social, a **mobilidade** de uma casta para outra não é possível, e a influência da religião é mais importante que fatores econômicos.

Contudo, o sistema de classes das sociedades modernas é muito mais fluido. Nesse caso, a posição social de um indivíduo é, pelo menos em parte, alcançada e não simplesmente dada ao nascimento, e a mobilidade, envolvendo geralmente uma mudança de ocupação, é muito mais comum.

Esse tipo de estratificação social opera por meio de conexões de larga escala e de tipo impessoal. Apesar de as fronteiras entre as classes nunca serem muito precisas, particularmente no que se refere à identidade das pessoas, diferenças de riqueza e ocupação profissional, elas determinam o grau de desigualdade socioeconômica existente em um país.

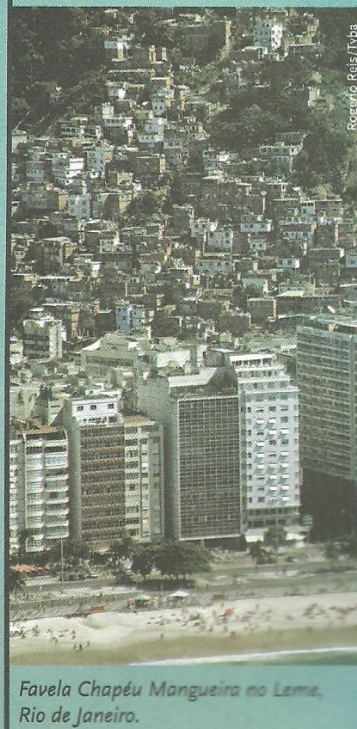
No Brasil, a parcela do 1% mais rico da população se apropria de uma quantidade de renda que é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Não há dúvidas de que esse cenário perverso de distribuição de renda se deve, em grande medida, ao legado deixado por uma história de 300 anos de escravidão no país (o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura, em 1888). Mas é preciso reconhecer também que medidas importantes estão sendo tomadas nos últimos anos para reverter essa situação social: afinal, o **coeficiente de Gini**, que mede a desigualdade de um país, vem apresentando, no caso do Brasil, uma queda considerável.

Mobilidade social

O termo “mobilidade social” se refere ao movimento ascendente ou descendente de indivíduos ou grupos sociais em termos de *status* sociais. A mobilidade social faz que a desigualdade de classe se torne tolerável. Se essa for alta, ainda que os indivíduos tenham origens sociais desiguais, todos podem acreditar que têm chance igual de alcançar uma posição mais elevada de classe social. Se a mobilidade for baixa, a maioria das pessoas ficará congelada no *status* de seus antepassados. Em sua obra *Sociologia*, Anthony Giddens distingue dois tipos de mobilidade social: a vertical e a horizontal. A vertical seria o movimento ascendente ou descendente na hierarquia de um sistema de estratificação; a horizontal seria o movimento físico de indivíduos ou grupos entre regiões.

Medida de desigualdade

O coeficiente de Gini é uma das medidas de desigualdade mais utilizadas pelos especialistas. O índice de Gini varia entre 0-1, sendo maior a desigualdade quanto mais próximo de 1; ou seja, quando o índice de Gini é zero, corresponde à igualdade absoluta; quando é um, corresponde à desigualdade total (isto é, a renda se concentra em um único indivíduo). No Brasil, o coeficiente de Gini declinou 4,6% entre 2001 e 2005, passando de 0,594 para 0,566. Apesar da recente queda da desigualdade de renda no país, o Brasil ainda ocupa posição negativa no cenário internacional como um dos países mais desiguais do mundo. Alguns estudiosos estimam que, para o Brasil atingir um nível similar de desigualdade ao da média dos países com maior grau de desenvolvimento, seriam necessários, ainda, mais de 20 anos de políticas de combate à pobreza.



Favela Chapéu Mangueira no Leme, Rio de Janeiro.

Rodrigo Reis/Tyba